



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Gabinete Des. Marco Antônio Cabral Maggi

399

QUARTA CÂMARA CRIMINAL

HABEAS CORPUS Nº 0003232-84.2014.8.17.0000(0331607-8)

IMPETRANTE: DARLYSON ANTONÔNIO TORRES DA LUZ

PACIENTE: MANOEL CLERISTON MIRANDA MAGALHÃES

RELATOR: DES. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI

**EMENTA:** PROCESSUAL PENAL. *HABEAS CORPUS*. HOMICÍDIO QUALIFICADO. SENTENÇA DE PRONÚNCIA. REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA. IMPOSSIBILIDADE. PACIENTE ENCONTRA-SE FORAGIDO. DECISÃO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL. INOCORRÊNCIA. CONFIGURADOS OS REQUISITOS PREVISTOS NO ART. 312 DO CPP. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. CIRCUNSTÂNCIA QUE NÃO INVIABILIZA A CUSTÓDIA CAUTELAR. - DENEGAÇÃO DA ORDEM POR UNANIMIDADE.

1. Pronunciado o réu, que se mantém foragido, é cabível a manutenção da custódia como decorrência natural da sentença de pronúncia. Presença dos requisitos do art. 312 do CPP.

2. As condições pessoais favoráveis, tais como primariedade, bons antecedentes, ocupação lícita e residência fixa, por si só, não têm o condão de desconstituir a custódia antecipada, caso estejam presentes os requisitos do art.312 do CPP.

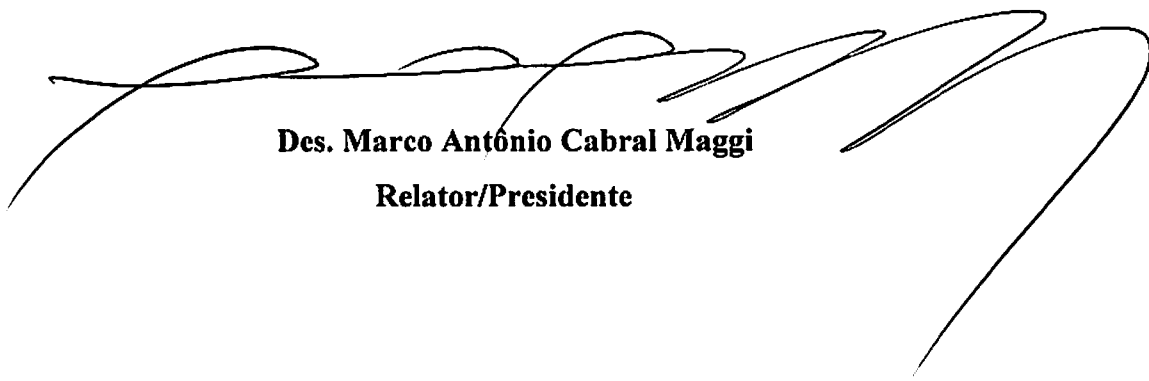
### ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do *Habeas Corpus* nº 331607-8 em que são partes as acima nominadas, ACORDAM os

Desembargadores componentes da Quarta Câmara Criminal deste Tribunal de Justiça, à  
unanimidade de votos, em denegar a ordem requerida, nos termos do voto do Des.  
Relator.

400

Recife, 27 de maio de 2014.



**Des. Marco Antônio Cabral Maggi**

**Relator/Presidente**



401

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**Gab. Des. Marco Antônio Cabral Maggi**

---

**QUARTA CÂMARA CRIMINAL**

**PROCESSO Nº 0003232-84.2014.8.17.0000(0331607-8)**

**HABEAS CORPUS**

**IMPETRANTE: DARLYSON ANTÔNIO TORRES DA LUZ**

**PACIENTE: MANOEL CLERISTON MIRANDA MAGALHÃES**

**RELATOR: Des. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI**

**RELATÓRIO**

O Bel. Darlyson Antônio Torres da Luz impetra a presente ordem de *habeas corpus* preventivo, com pedido de liminar, em favor de Manoel Cleriston Miranda Magalhães, com fundamento no art. 5º, incs. LXVIII da Constituição Federal e o art. 647 e seguintes do Código de Processo Penal, apontando como autoridade coatora o Juízo de Direito da 1ª Vara da Comarca de Salgueiro- PE.

Consta nos autos que o paciente foi denunciado por ter praticado a conduta delitiva prevista no art. 121, § 2º, incisos II e IV, do Código Penal Brasileiro.

Alega o impetrante, em síntese, ser evidente o constrangimento ilegal sofrido pelo paciente, aos argumentos de que a decisão de pronúncia, que manteve a sua prisão preventiva, carece de fundamentação idônea; bem como de que não estão presentes, *in casu*, os requisitos previstos no art. 312 do Código de Processo Penal, necessários à constrição cautelar, pelo que, na ausência de razões concretas para embasar a medida extrema, deve a mesma ser revogada.

Requer, assim, a concessão da ordem de *habeas corpus* em favor do paciente, com a consequente revogação do mandado de prisão.

A impetração veio acompanhada de documentos às fls. 24 a 369.

O pedido de liminar foi indeferido pela decisão de fls. 377 e 378, oportunidade em que foram requisitas as informações de praxe, prontamente prestadas pela douta autoridade apontada como coatora ( fls. 387 e 388).

(02)

Às fls. 387/388, constam as informações prestadas pela autoridade apontada coatora. Assevera que a prisão preventiva foi decretada e mantida na sentença de pronúncia, tendo em vista que o acusado ora paciente encontra-se, até a presente data, foragido.

Informa ainda que a instrução se encerrou estando o processo aguardando inclusão em pauta para julgamento perante o Tribunal do Júri.

A douta Procuradoria de Justiça, em seu parecer às fls. 392 a 394, opinou pela denegação da ordem.

**É O RELATÓRIO.**

Recife, 27 de maio de 2014.



**Des. Marco Antônio Cabral Maggi**  
**Relator/ Presidente**



403

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Des. Marco Antônio Cabral Maggi**

---

**QUARTA CÂMARA CRIMINAL**

**PROCESSO Nº 0003232-84.2014.8.17.0000(0331607-8)**

**HABEAS CORPUS**

**IMPETRANTE: DARLYSON ANTÔNIO TORRES DA LUZ**

**PACIENTE: MANOEL CLERISTON MIRANDA MAGALHÃES**

**RELATOR: Des. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI**

**VOTO**

Srs. Desembargadores,

Sr.(a) Procurador(a).

Como relatado, o Bel. Darlyson Antônio Torres da Luz impetra a presente ordem de *habeas corpus* preventivo, com pedido de liminar, em favor de Manoel Cleriston Miranda Magalhães, com fundamento no art. 5º, incs. LXVIII da Constituição Federal e o art. 647 e seguintes do Código de Processo Penal, apontando como autoridade coatora o Juízo de Direito da 1ª Vara da Comarca de Salgueiro- PE.

Consta nos autos que o paciente foi denunciado por ter praticado a conduta delitiva prevista no art. 121, § 2º, incisos II e IV, do Código Penal Brasileiro.

Alega o impetrante, em síntese, ser evidente o constrangimento ilegal sofrido pelo paciente, aos argumentos de que a decisão de pronúncia, que manteve a sua prisão preventiva, carece de fundamentação idônea; bem como de que não estão presentes, *in casu*, os requisitos previstos no art. 312 do Código de Processo Penal, necessários à constrição cautelar, pelo que, na ausência de razões concretas para embasar a medida extrema, deve a mesma ser revogada.

Requer, assim, a concessão da ordem de *habeas corpus* em favor do paciente, com a consequente revogação do mandado de prisão.

Passo agora à análise da impetração.

Depreende-se da denúncia que o paciente, no dia 1º de outubro de 2009, por motivo fútil, desferiu dois golpes de faca na vítima Francisco Jairo da Costa, ceifando-lhe a vida.

Narra, ainda, que o paciente deixou o local do delito correndo e, mais adiante, apontou a arma do crime para pessoa de Ronaldo Pereira da Cruz, obrigando-o, mediante grave ameaça, a auxiliá-lo na fuga do distrito da culpa.

A prisão preventiva foi decretada como garantia da ordem pública, conveniência da instrução criminal e a aplicação da lei penal, tendo em vista que o paciente encontra-se foragido. Após instrução, o magistrado *a quo* pronunciou o paciente e manteve a sua prisão preventiva ante a sua fuga do distrito da culpa.

Em face da decisão de pronúncia, a defesa impetrou o presente *writ* requerendo a revogação da prisão cautelar decretada em desfavor do paciente e mantida na prolação da pronúncia.

No presente caso, o paciente foi pronunciado, pela suposta prática do crime previsto no art. 121, § 2º, incisos II e IV, do Código Penal, cuja pena máxima cominada, privativa de liberdade, é de 30(trinta) anos, restando configurado, portanto, o requisito objetivo necessário para a imposição da medida cautelar extrema.

Além do mais, evidencia nos autos a presença dos requisitos previstos no art. 312 do Código de Processo Penal. Conforme as informações da autoridade coatora a decisão que manteve a prisão preventiva encontra-se devidamente fundamentada na necessidade de garantia da ordem pública, conveniência da instrução criminal e para assegurar a fiel aplicação da lei penal, tendo em vista que o paciente encontra-se foragido.

Nesse sentido, colaciono o seguinte julgado.

**EMENTA:** *Habeas corpus*. Processual penal. Recepção qualificada, supressão de sinal identificador de veículo automotor e corrupção ativa. **Fuga do distrito da culpa. Prisão preventiva. Fundamentação idônea. Garantia da aplicação da lei penal. Cautelaridade suficientemente demonstrada. Precedentes. Ordem denegada.** 1. A análise da segregação cautelar do paciente autoriza o reconhecimento de que existem fundamentos concretos e suficientes para justificar a privação processual da sua liberdade, nos termos do art. 312 do Código de Processo Penal, especialmente em razão da sua evasão do distrito da culpa. 2. *Habeas corpus* denegado. ( STF- HC 105352 / SC – Santa Catarina, Relator. Min. Dias Toffoli, Julgamento: 13/09/2011, Órgão Julgador: Primeira Turma, Publicação )

Nesse aspecto, a jurisprudência do STF já sumulou tal entendimento, através da sua súmula 89, *verbis*:

**“A fuga do distrito da culpa, logo após a prática do crime, constitui motivo idôneo para prisão preventiva”**

Sendo assim, não se verificando qualquer ilegalidade na decisão que manteve a prisão preventiva em desfavor do paciente, pois se encontra devidamente fundamentada, na necessidade da ordem pública e aplicação da lei penal, pois como já foi visto acima, o paciente evadiu-se do distrito da culpa, encontrando-se em lugar incerto e não sabido, apesar de ter constituído advogado.

Impende registrar ainda que a defesa do paciente impetrou por três vezes *habeas corpus* preventivo perante este egrégio Tribunal de Justiça a fim de revogar o decreto de prisão preventiva, os quais tiveram a ordem denegada.

Quanto às condições pessoais favoráveis, tais como primariedade, a ausência de antecedentes criminais e a residência fixa, por si sós, não afastam a possibilidade de manutenção da prisão preventiva, uma vez que as condições pessoais favoráveis não são garantidoras de eventual direito subjetivo à liberdade quando a necessidade da prisão é recomendada por outros elementos dos autos, como no presente caso.

Nesse sentido vale colacionar o seguinte julgado do Superior Tribunal de Justiça:

“(...) 2. Havendo menção às situações concretas que demonstrem a necessidade de se preservar a garantia da ordem pública e a conveniência da instrução criminal, quais sejam, as ameaças dirigidas às testemunhas e a reiteração da prática delituosa, mostra-se devidamente justificada a prisão cautelar. 3. Eventuais condições pessoais favoráveis não garantem o direito subjetivo à revogação da custódia cautelar quando a prisão preventiva é decretada com observância no art. 312 do CPP. (...)” (STJ, 5ª Turma, Rel. Min. Arnaldo Esteves Lima, HC 70480/GO, DJ 03/04/2008).

406

Diante do exposto, em consonância com o parecer do douto Procurador de Justiça, não vislumbrando qualquer constrangimento ilegal a ser sanado através do presente *writ*, o meu voto é pela denegação da ordem.

**É COMO VOTO.**

Recife, 27 de Maio de 2014.



**Des. Marco Antônio Cabral Maggi**  
**Relator /Presidente**



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

QUARTA CÂMARA CRIMINAL – 27/05/14

HABEAS CORPUS Nº 331607-8 – SALGUEIRO/PE

IMPETRANTE : DARLYSON ANTÔNIO TORRES DA LUZ

PACIENTE : MANOEL CLERISTON MIRANDA MAGALHÃES

RELATOR : DESEMBARGADOR MARCO MAGGI

RELATÓRIO ÀS FLS. 401/402 DOS PRESENTES AUTOS.

---

DOUTOR DARLYSON ANTÔNIO TORRES DA LUZ - OAB/PE Nº 858-B)

Antes de começar, queria aqui saudar Vossa Excelência Doutor Marco Antônio Cabral Maggi, Presidente da Câmara,  
Saudar aqui o Doutor Fausto de Castro Campos,  
E o Senhor Gustavo Augusto Rodrigues Lima,  
Bem como a Procuradora Adriana Fontes,

Eu aqui antes de adentrar na questão dos requisitos da preventiva, não querendo de forma alguma discutir o mérito processual, pois sei que aqui não é o momento adequado, mas, tenho que fazer alguma análise dos fatos em si: a denúncia traz no seu corpo que os fatos deram-se como o paciente tivesse pego de surpresa a vítima e desferido 02 (dois) golpes por trás. Consta nos documentos anexos ao *Habeas corpus*, um laudo médico assegurando que na realidade foi um golpe de faca na região lombar e a outra torácica, contrariando aqui a denúncia.

Além disto, o fato ocorreu no dia 1º de outubro de 2009. Já no dia 06 de outubro, o paciente fez questão de constituir advogado pedindo data para se apresentar na Delegacia e esclarecer os fatos. Não sendo atendido, o paciente recorreu ao Poder Judiciário, pedindo para que fosse oficiada à Delegacia para que o delegado marcasse referida data para ele se apresentar, o que não foi atendido também. Após esses atos, o Juiz achou por bem a decretação da prisão preventiva do paciente, sem qualquer fundamento. Transcorrida toda a instrução processual, na sentença de pronúncia foi mantida tal decisão, elevando somente a questão anteriormente dita pelo Magistrado.

Pois bem, a defesa vem tentando junto ao Magistrado *a quo* a designação do julgamento pelo Tribunal do Júri: em março do ano passado foi peticionado pedindo ao nobre Magistrado a revogação da preventiva, ou a designação do Júri do paciente, sendo tal pedido indeferido e não sendo designada a Ata para a realização do Júri do paciente.

Pois bem, em abril a defesa reformulou novo pedido de designação de Júri, que não foi atendido novamente. O que se vê no caso, é a busca do Magistrado em somente prender o paciente: não está se levando em conta o direito do paciente a se defender no Plenário do Júri. Desta forma, analisando os autos, vez que não se encontram preenchidos os requisitos da prisão preventiva, pois a questão de ordem pública vale salientar para Vossas Excelências: que o paciente é primário, nunca houve qualquer fato com relação



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA**

a sua pessoa fora este. Após a sentença de pronúncia, foram juntados aos autos novos antecedentes demonstrando que o paciente continua sendo primário, não cometeu qualquer outro tipo de delito. No que tange à instrução processual, o próprio Magistrado nas suas informações já assegurou que a instrução finalizou. Então, esses 02 (dois) requisitos não se encontram presentes na atualidade.

O que ele mais argumenta é a questão da aplicação da Lei Penal, no sentido de que o paciente estaria foragido há mais de 04 (quatro) anos. Só que, vale lembrar a Vossas Excelências, que desde a fase inquisitorial, o paciente vem pedindo a designação de data para se apresentar o que foi indeferido. Então, de forma alguma o paciente está eximindo-se da aplicação da Lei Penal? Pelo contrário: ele requereu junto ao Delegado de Polícia, requereu junto ao próprio Magistrado que fosse oficiado ao Delegado para que ele se apresentasse e esclarecesse os fatos, o que foi denegado. Além disto, temos ainda que ele vem constantemente pedindo ao Magistrado a designação de Pauta para o julgamento pelo Tribunal do Júri.

Nas informações encaminhadas a Vossas Excelências, o nobre Magistrado assegura que irá submetê-lo a Júri somente após a ordem estabelecida por Lei de processos mais antigos e de réus presos, conforme o art. 429. Então, o que isso significa? O Presídio de Salgueiro hoje tem capacidade para 170 (cento e setenta) presos, conta hoje com 700 (setecentos) presos. Se o paciente for ter que aguardar todos os processos de réus presos serem julgados para somente após isso o dele ser colocado em Pauta, significa que o paciente não vai ser julgado nunca. Vai ficar somente ao crivo de um decreto de prisão cautelar, sem ter o seu direito de defesa amplo exercido.

Por isso que a defesa está aqui rogando a Vossas Excelências, 02 (duas) requisições: uma, ou a revogação para que o paciente aguarde essa data em liberdade; ou então, para que seja oficiado ao Juiz *a quo* para que o mesmo designe o julgamento pelo Tribunal do Júri. E, aí sim, o paciente tenha o seu direito de ampla defesa e de contraditório respeitados, pois me parece que ele está querendo apenas prender, e não, julgar, ferindo assim a Constituição Federal.

E, o interessante aqui ressaltar, que em caso similar, na mesma Comarca cuja decisão encontra-se anexa aos autos do processo nº 434/2007, o outro Senhor na mesma Comarca, chegou a: matar um irmão, ferir um comerciante, matar um vendedor e encontrou-se foragido e, mesmo assim diante desses fatos, o próprio Juiz revogou a prisão cautelar alegando que, por ele ter constituído Advogado, não mais necessitaria da sua prisão. Então, em casos não similares, porque esse é muito mais grave do que o do paciente, o próprio Magistrado entendeu que não seria necessário a prisão cautelar. Já o paciente que está sendo acusado de um homicídio por arma branca, que não foi de forma cruel, no entendimento da defesa foi em legítima defesa, encontra-se tolhido do seu direito de liberdade, em situação bem mais favorável do que esse outro que se encontra nos autos, a decisão do nobre Magistrado.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

Assim sendo Excelências, a defesa roga e pede para que os nobres Magistrados diante da situação conceda a ordem, para que o paciente responda à instrução, o aguardo do julgamento pelo Tribunal do Júri em liberdade, pois na atualidade não se encontram nenhum dos requisitos o qual o nobre Magistrado assegurou no decreto de prisão cautelar, na manutenção da sua prisão.

Nessa questão do paciente encontrar-se fora do distrito da culpa, conforme foi alegado pelo nobre Juiz, trago aqui o entendimento do Doutor Fausto de Castro Campos, no *Habeas corpus* nº 169.263-3, que peço vênias para ler a Ementa: *"PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS. ESTELIONATO. CITAÇÃO EDITALÍCIA. PREVENTIVA. ART. 366, DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. DECRETO CARENTE DE FUNDAMENTO. ILEGALIDADE. CONSTRANGIMENTO CONFIGURADO. SALVO CONDUTO. DECISÃO UNÂNIME. A possibilidade de decretação de prisão preventiva depois de citação editalícia não atendida, a teor do 366 do Código de Processo Penal, não é de aplicação automática e obrigatória, estando sim, condicionada à presença das hipóteses do art. 312, do Código de Processo Penal. A ausência de fundamentação por mínima que seja, nulifica o decreto prisional vergastado por afronta à obrigatoriedade constitucional de fundamentação das decisões judiciais. Ordem concedida para determinar em favor da paciente a expedição de salvo conduto e o imediato recolhimento do mandado prisional. Decisão unânime."* Nesse sentido, esse próprio Tribunal também já decidiu de que o simples fato de o paciente não ser localizado, não significa a obrigatoriedade da prisão preventiva: deverá se analisar o fato concreto, as condições em que tal desencontro foi realizado.

Agora, neste caso, vale repetir que o paciente vem bater à porta da Justiça: constituiu Advogado desde a fase inquisitorial, vem pedindo para que seja designada a data para o mesmo se apresentar, no entanto, foi tolhido de tal direito de apresentação. Pois, ou se apresenta para ficar preso, ou então se mantém foragido.

Aí fica essa questão: querem realmente Justiça, ou querem só prender?

Além disto, na atualidade, hoje temos o art. 319, do CPP, que pode ser concedido o quê? Uma medida cautelar com os mesmos efeitos, fazendo com que o paciente apresente-se mensalmente na Comarca, venha aguardando esse julgamento pelo Tribunal do Júri com determinações do art. 319. Mas que, não seja tolhido seu direito de ir e vir sem a devida necessidade, pois o Tribunal do Júri pode muito bem reconhecer essa legítima defesa: não vou aqui adentrar nesse mérito, pois eu sei que não é o momento oportuno.

No que tange à falta de fundamentação, a defesa rebateu na questão da denegação do pedido de revogação de prisão preventiva, cujo nobre Magistrado em apenas 02 (duas) folhas resumiu não só a manutenção da prisão, como designando a fase do 422 que a defesa mais uma vez para colaborar, o Ministério Público manifestou-se acerca de atualizar os antecedentes criminais do paciente. Tal diligência foi realizada pela defesa:



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

juntou aos autos os antecedentes atuais do paciente, para que a instrução fosse, para que seja marcada a Pauta de julgamento pelo Tribunal do Júri, o mais rápido possível, o que não vem sendo feito pelo Magistrado.

Na última decisão que a defesa teve a respeito da revogação da prisão preventiva, a decisão da autoridade coatora resumiu-se na seguinte: *"Da análise do processo em epígrafe, verifica que subsistem os motivos autorizadores da prisão preventiva decretada às fls. 448/453. destarte, adotando como razões de decidir, os fundamentos constantes na referida decisão, bem como do parecer ministerial."*, essa foi a decisão. A decisão da autoridade coatora não passou disso.

Então, Excelências, a defesa vem aqui rogar e pedir para: que seja concedido ao paciente o direito de aguardar o julgamento em liberdade; ou que sejam estipuladas medidas cautelares diferentes da prisão cautelar, e, por último, que então a defesa tenha o direito de levar o paciente ao julgamento pelo Tribunal do Júri. Ou seja, que seja oficiado ao Juiz para que designe o julgamento do paciente.

Assim sendo, peço deferimento e muito obrigado pela atenção de Vossas Excelências.

---

VOTO DO RELATOR ÀS FLS. 403/406 DOS AUTOS.

---

DESEMBARGADOR MARCO MAGGI (PRESIDENTE E RELATOR)

É como voto, voto que está em discussão.

---

DESEMBARGADOR GUSTAVO AUGUSTO

Quer dizer, o paciente não se encontra preso, encontra-se com uma preventiva, mas não está preso, não é?

---

DESEMBARGADOR MARCO MAGGI (PRESIDENTE E RELATOR)

Não está preso, continua... (interrompido)

---

DESEMBARGADOR GUSTAVO AUGUSTO

E ele já foi pronunciado?

---



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA**

DESEMBARGADOR MARCO MAGGI (PRESIDENTE E RELATOR)

Foi pronunciado e está aguardando a inclusão para o Tribunal do Júri.

---

DESEMBARGADOR GUSTAVO AUGUSTO

O decreto foi por força, inclusive de fuga também, foi isso o decreto, também?

---

DESEMBARGADOR MARCO MAGGI (PRESIDENTE E RELATOR)

Isso mesmo.

---

DESEMBARGADOR FAUSTO CAMPOS

O paciente, ele não compareceu em nenhuma das fases do processo?

---

DESEMBARGADOR MARCO MAGGI (PRESIDENTE E RELATOR)

Nenhuma fase do processo. Logo após o fato, ele foragiu-se.

---

DESEMBARGADOR FAUSTO CAMPOS

Acompanho.

---

DESEMBARGADOR GUSTAVO AUGUSTO

Acompanho também.

---

DECISÃO:

"À UNANIMIDADE DE VOTOS, DENEGOU-SE A ORDEM."

---